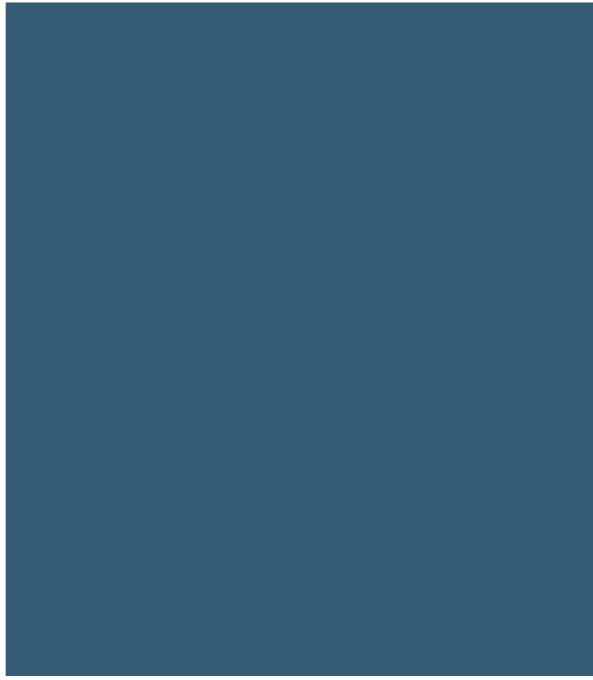
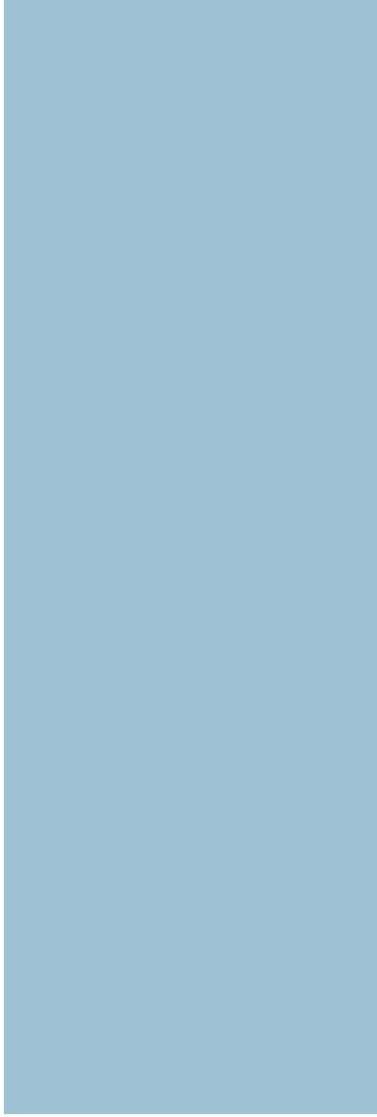




O Relatório de Monitoramento será obrigatório para políticas públicas em execução, mesmo que estejam em processo de aperfeiçoamento ou expansão. As políticas em fase de elaboração não serão passíveis de monitoramento nos moldes apresentados neste relatório. Ademais, este documento será aplicável somente após o detalhamento da política pública.

INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO

Instrume nto	Total de Instrume ntos	Situação (% total instrumentos)	Emenda Parlamentar (% do valor total)	Valor Anual	Valor Total
TED	01	100% em execução	Emenda Parlamentar Individual Impositiva nº 39010005 no OGU 2020 (56% do valor total) (R\$ 224.023,50)	-	R\$400.000,00* (orçamento para custeio)
Convênio	02	100% em execução	-	-	R\$ 781.632,00
			-	-	R\$ 1,5 milhões
Acordos de Cooperação Técnica	09	55,5% em execução		R\$ 350.000,00	Não constam valores globais nos ACTs. Ver texto abaixo.
		44,5% em discussão		A definir	A definir

INDICADORES

Obs.: Ver Análise do Resultado - iii) Soluções elaboradas para enfrentar os pontos negativos.

Nome do Indicador: 10% da população indígena nacional (81.800 indivíduos)				Meta			Resultado		
Fórmula de Cálculo	Polaridade	Fonte da coleta	Periodicidade da coleta	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Σ de projetos de educação escolar indígena realizados + Σ de projetos valorização e revitalização de línguas + Σ de projetos de participação social + Σ de projetos de valorização da infância em contexto comunitário + Σ de projetos de valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política	Positiva	SEI	Trimestral	-	81.800 indivíduos (10% da população nacional)	122.700 indivíduos (15% da população nacional)	-	2.621 (3,2% de 10% da população nacional)	-
Data da Última Coleta	11/01/2021								

Nome do Indicador: População indígena nacional PRIMEIRO TRIMESTRE - janeiro a março/2020 Cálculo para meta por trimestre: 10% / 4 = 2,5% da população por trimestre (20.450 indivíduos)				Meta			Resultado		
Fórmula de Cálculo	Polaridade	Fonte da coleta	Periodicidade da coleta	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Σ de projetos de educação escolar indígena realizados + Σ de projetos valorização e revitalização de línguas + Σ de projetos de participação social + Σ de projetos de valorização da infância em contexto comunitário + Σ de projetos de valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política	Positiva	SEI	Trimestral	-	20.450 indivíduos (2,5% de 10% da população)	30.675 indivíduos (3,75% da população)	-	2.289 indivíduos (11,2 % da meta de 2,5%)	-

Nome do Indicador: População indígena nacional SEGUNDO TRIMESTRE - abril a junho/2020 Cálculo para meta por trimestre: 10% / 4 = 2,5% da população por trimestre (20.450 indivíduos)				Meta			Resultado		
Fórmula de Cálculo	Polaridade	Fonte da coleta	Periodicidade da coleta	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Σ de projetos de educação escolar indígena realizados + Σ de projetos valorização e revitalização de línguas + Σ de projetos de participação social + Σ de projetos de valorização da infância em contexto comunitário + Σ de projetos de valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política	Positiva	SEI	Trimestral	-	20.450 indivíduos (2,5% de 10% da população)	30.675 indivíduos (3,75% da população)	-	331 indivíduos (1,6% de 2,5% população)	-

Nome do Indicador:População indígena nacional TERCEIRO TRIMESTRE - julho a setembro /2020 Cálculo para meta por trimestre: 10% / 4 = 2,5% da população por trimestre (20.450 indivíduos)				Meta			Resultado		
Fórmula de Cálculo	Polaridade	Fonte da coleta	Periodicidade da coleta	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Σ de projetos de educação escolar indígena realizados + Σ de projetos valorização e revitalização de línguas + Σ de projetos de participação social + Σ de projetos de valorização da infância em contexto comunitário + Σ de projetos de valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política	Positiva	SEI	Trimestral	-	20.450 indivíduos (2,5% de 10% da população)	30.675 indivíduos (3,75% da população)	-	0	-

Nome do Indicador:População indígena nacional QUARTO TRIMESTRE - outubro a dezembro / 2020 Cálculo para meta por trimestre: 10% / 4 = 2,5% da população por trimestre (20.450 indivíduos)				Meta			Resultado		
Fórmula de Cálculo	Polaridade	Fonte da coleta	Periodicidade da coleta	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Σ de projetos de educação escolar indígena realizados + Σ de projetos valorização e revitalização de línguas + Σ de projetos de participação social + Σ de projetos de valorização da infância em contexto comunitário + Σ de projetos de valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política	Positiva	SEI	Trimestral	-	20.450 indivíduos (2,5% de 10% da população)	30.675 indivíduos (3,75% da população)	-	01 indivíduo (0,005 % da meta de 2,5%)	-

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Para abarcar as ações da Funai, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) incluiu em seu Planejamento Estratégico - PE para o quadriênio 2020 - 2023 o Objetivo Estratégico “*Gerir políticas referentes aos povos indígenas*”. A composição desse objetivo deu-se mediante a seleção de indicadores apresentados por cada Coordenação Geral da Funai, dos quais inicialmente foram escolhidos 04 (quatro): i) *Número de projetos de georreferenciamento de terras indígenas realizados*, sob responsabilidade da Coordenação Geral de Georreferenciamento (CGGEO); ii) *Número de expedições realizadas*, da Coordenação Geral de Índio Isolados e de Recente Contato (CGIIRC); iii) *Projeto Rede de proteção territorial e ambiental de terras indígenas com a utilização do Centro de Monitoramento Remoto - CMR/Funai*, da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial, e iv) “**número de ações de educação e de formação comunitária apoiadas**”, da Coordenação Geral de Promoção da Cidadania (CGPC), cuja meta é **apoiar 12 (doze) projetos por ano, de 2020 a 2023**. Houve necessidade de realizar alterações em alguns destes indicadores, porém vamos tratar aqui apenas do que diz respeito à CGPC.

Diferente do Planejamento Estratégico da Funai 2020-2023, concluído posteriormente, no PE do MJSP temos a oportunidade de demonstrar a relevância dos nossos trabalhos junto aos povos indígenas para a promoção de seus processos educativos comunitários, que dizem respeito à transmissão de conhecimentos e técnicas, aos rituais, aos modos próprios de manejo dos recursos naturais e de gestão do território, aos processos de valorização e revitalização linguísticas, dentre outros. Assim, salvo os projetos referentes à valorização e revitalização de línguas indígenas, o PE do MJSP identifica ações

não previstas no PE da Funai, tanto o é que as entregas que indicamos para o primeiro não foram contabilizadas como produtos do segundo não apenas por mera decisão de escolher em qual Planejamento Estratégico seriam inseridas, mas sim pela redação dos indicadores.

Retomando ao PE do MJSP, sobre as ações de educação e formação comunitárias, mesmo que processos inerentes à cultura de cada povo, considerando o direito conquistado pelos povos indígenas de que a oferta de educação escolar seja adequada às suas especificidades culturais, nota-se que a valorização de processos educativos comunitários reflete na qualificação da oferta da Educação Escolar Indígena (EEI). Nesse sentido, compreendemos que o apoio da Funai à formação de professores em cursos de Licenciatura e Pedagogia Interculturais contemplam o indicador do PE MJSP, por se tratarem de espaços de discussão e reflexão sobre as diretrizes da EEI, como a participação comunitária na definição de conteúdos curriculares específicos, formas de produção de conhecimento, Projetos Político Pedagógico, dentre outros.

A meta de apoio a 12 (doze) projetos por ano, de 2020 a 2023, definida pela CGPC no final de 2019, considerou o desempenho anual da coordenação e estimou um número muito abaixo da média de apoio que realizamos anualmente. Assim, ainda em 2019 realizamos um levantamento de ações passíveis de execução em 2020 e que poderiam representar a natureza de projetos apoiados pela CGPC, estas:

- **01** (uma) oficina sobre as disposições e acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), projeto que executamos junto à CGEtno e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em comunidades indígenas do Estado do Amazonas;
- **01** (um) encontro de professores (local a definir);
- **05** (cinco) projetos de valorização e revitalização de línguas indígenas (como exemplo, os projetos junto aos Guató, aos Nambikwara; aos Munduruku de Kwatá Laranjal e as oficinas de produção dos Dicionário Cultural Básico Kaiowá/Português - Português/Guarani e de desenvolvimento de Jogos Eletrônicos em Língua Indígena - Game Nhandewa)
- **01** (uma) oficina de produção de materiais didáticos (pensamos no projeto dos Ikpeng);
- **02** (duas) oficinas de elaboração de Projetos Político Pedagógicos (escolas Wajãpi e do Oiapoque);
- **03** (três) projetos de educação comunitária (local a definir); e
- Prestar subsídios técnicos para apresentar a proposta de celebração de **01** (um) Acordo de Cooperação Técnica para a formação de professores indígenas em cursos de Nível Superior específicos, mais especificamente o ACT Funai/Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat);

Porém, ainda nos últimos dias de 2019 dialogamos internamente sobre a necessidade de reduzirmos o número de projetos que seriam apoiados anualmente de 2020 a 2023, já que, mesmo que a meta que indicamos estivesse abaixo do número de projetos que usualmente apoiamos, ainda não haviam sido divulgados dados que apresentassem um panorama da disponibilidade orçamentária para 2020. Assim, conforme comunicações registradas no e-mail (SEI 2221264), do processo 08011.000105/2020-01, uma vez que recebemos no final de janeiro de 2020 uma mensagem acerca do questionamento do MJSP se havia ou não necessidade de alterações de indicadores, **em 04/02/2020**, formalizamos nosso pedido de redução da meta do indicador de **12 (doze)** para **08 (oito)** projetos apoiados por ano, porém o MJSP negou, justificando que seria precipitado por havermos acabado de iniciar o ciclo de monitoramento.

Em 10/06/2020, a Coordenação Geral de Gestão Estratégica (CGGE) encaminhou o OFÍCIO-

CIRCULAR Nº 59/2020/SE/MJ (2206083), que consulta sobre eventuais necessidades de alterações, uma vez que iriam realizar uma revisão da carteira de projetos e dos indicadores estratégicos. Em resposta, a CGPC justificou no Despacho COPE/CGPC (SEI 2225899), de **12/06/2020**, que “devido à incerteza de prazos em razão da pandemia de COVID-19 e ao fato de que a maioria das ações da Coordenação de Processos Educativos da Coordenação Geral de Promoção da Cidadania (COPE/CGPC) demandam missões em Terras Indígenas, vislumbramos que nossas ações em 2020 passíveis de monitoramento limitar-se-ão à discussões acerca de possíveis parcerias entre Funai e instituições públicas de ensino”. Considerando que na data haviam sido entregues 03 (três) produtos, desta vez a CGPC solicitou a redução de **12 (doze)** para **06 (seis)** produtos por ano, e que possivelmente os 03 (três) produtos restantes seriam propostas de Acordos de Cooperação com Instituições de Ensino que oferecem cursos específicos para os povos indígenas. Porém, como registrado no e-mail (SEI 2336795), de 24/07/2020, o MJSP não autorizou a redução da meta estratégica, por ainda estarmos no início do ciclo de monitoramento e considerarem que a manutenção poderia melhor demonstrar o desempenho de cada indicador. Cumprimos a orientação de aguardar que o MJSP disponibilize uma janela de oportunidade para alterações/adequações dos indicadores, prevista ainda no exercício de 2020.

Mesmo que apresentado ao MJSP que, não obstante nossos esforços para readequar o planejamento anual da CGPC, mais especificamente o de sua Coordenação de Processos Educativos (COPE), devido às restrições de entradas em Terras Indígenas que, como trataremos mais detalhadamente nos tópicos seguintes deste Relatório, incide diretamente na execução de grande parte dos projetos apoiados pela Coordenação Geral, alcançamos a entrega de 09 (nove) produtos identificados a seguir, sendo que 04 (quatro) deles foram finalizados já em dezembro de 2020.

Ações de educação e de formação comunitária apoiadas em 2020:

Janeiro a Março: Entrega de **02 (dois) produtos**, ambos relacionados a processos educativos comunitários:

i) **Projeto: Oficina sobre Ensino Médio Técnico Munduruku - perspectivas de formação para a sustentabilidade** (SEI 1906898), em parceria com o Museu do Índio. Ver Relatório de Atividades (SEI 2031139), no Processo nº 08764.000001/2020-86.

ii) **Projeto Mestres Taboqueiros e Mestras Artesãs: Tecnologias audiovisuais e o fortalecimento da tradição e cultura Munduruku** (SEI 1627762). Ver Relatório de Atividades (SEI 1985410), no Processo nº 08764.000327/2019-70.

Obs.: Execução adequada ao período, uma vez que entre janeiro e fevereiro ainda não contávamos com o teto orçamentário destinado à Coordenação de Processos Educativos, e entre fevereiro e março é o período em que a Coordenação Geral de Promoção da Cidadania convoca as unidades regionais da Funai (Coordenações Regionais) a entregarem seus Planos Anuais de Trabalho.

Abril e Maio: Entrega de **01 (um) produtos**:

i) **Parecer Técnico nº 3/2020/CORAM/CGGAM/DPDS-FUNAI** (SEI 2152912), proposta técnica conjunta que envolve, além da CGPC, a Coordenação Geral de Gestão Ambiental (CGGAM); Coordenação Geral de Promoção dos Direitos Sociais (CGPDS) e Coordenação Geral de Monitoramento Territorial (CGMT), relacionada à qualificação da Educação Escolar Indígena, acerca da utilização de madeira de Terras Indígenas para a construção de escolas no interior destas, considerando a complexidade da logística para o transporte de materiais. Essa é uma demanda apresentada há anos por

comunidades de diversas regiões, com destaque às localizadas na floresta amazônica. O Parecer foi enviado à análise da Presidência da Funai em 25/05/2020,

Processo nº 08767.000215/2018-16.

Junho: Sem entregas mensuráveis.

Julho: Entrega de **01 produto**:

i) Minuta de proposta de Acordo de Cooperação Técnica Funai/Unemat (SEI 2327481), proposta técnica relacionada à qualificação da Educação Escolar Indígena e que tem como objetivo apoiar o acesso de acadêmicos indígenas de territórios localizados no Estado de Mato Grosso nos cursos interculturais de Nível Superior da Faculdade Intercultural Indígena (FAINDI/Unemat), e que formaliza a participação técnica da Funai em projetos e atividades referentes a esses cursos. Entrega aferida quando da aprovação da minuta de ACT e Plano de Trabalho pelas áreas jurídicas de ambas as instituições. Processo nº 08620.002122/2020-05.

Agosto: Sem entregas mensuráveis.

Setembro: Sem entregas mensuráveis.

Outubro: Sem entregas mensuráveis.

Novembro: Entrega de **01 (um) produto**:

i) Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica Funai/Unemat (SEI 2469010), em 26 de novembro de 2020, publicado no Diário Oficial da União em: 03/12/2020 | Edição: 231 | Seção: 3 | Página: 144. Processo nº 08620.002122/2020-05.

Dezembro: Entrega de **04 (quatro) produtos**:

i) Informação Técnica nº 225/2020/COPE/CGPC/DPDS-FUNAI (SEI 2600601), referente à minuta de proposta de **Acordo de Cooperação Técnica Funai/IFAM** (SEI 2667341), que tece considerações sobre Parecer da Procuradoria Federal do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia (SEI nº 2594185) no intuito de prestar subsídios técnicos à análise da PFE/Funai quanto à nossa proposta de cooperação técnica-científica, administrativa e operacional entre a Funai e o Instituto Federal do Amazonas (IFAM), visando à realização de cursos de formação profissional nas diferentes modalidades ofertadas pelos programas de educação profissional da Rede Federal, da formação inicial ao ensino superior, prioritariamente com a implementação de Ensino Médio Técnico ministrados em comunidades indígenas, com vistas a atender às demandas e necessidades específicas de formação dos povos indígenas do Estado do Amazonas. Processo nº 08116.000023/2020-81.

ii) Entrega ao PNUD da última versão da Minuta do Termo de Referência BRA PNUD das Oficinas de Educação Profissional, projeto em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) voltado à construção e validação de Projetos Político Pedagógicos de cursos de Ensino Médio Técnico profissionalizante, formulados a partir da participação indígena e com ênfase em gestão ambiental, territorial, sustentabilidade e demandas que promovam a autonomia e o bem viver

dos povos indígenas. A minuta do TR foi encaminhada ao PNUD em 03 de dezembro de 2020. Processo nº 08620.005163/2020-45.

iii) Entrega ao PNUD da última versão da **Minuta do Termo de Referência BRA PNUD do Manual de Agroecologia**, também fruto da parceria Funai/PNUD, cujo objetivo é a contratação de consultoria técnica especializada para a elaboração peça didática destinada à processos formativos comunitários e à educação profissional, com conceitos, metodologias e registro de práticas sustentáveis no campo da agroecologia, agroextrativismo, manejos tradicionais, e processos de associativismo e cooperativismo para iniciativas comunidades indígenas. Minuta também encaminhada por e-mail ao PNUD em 03 de dezembro de 2020. Processo nº 08620.005163/2020-45.

iv) Proposta de **Projeto Diagnóstico da Educação Escolar Indígena - PDEEI**, disponibilizada em 31/12/2020, que tem como objetivos gerais (a) Construir fonte de informação gerencial que seja condizente com os princípios legais da modalidade, consistente e relevante para o poder público - por meio de processos interculturais e interinstitucionais de diálogo; (b) Produzir análises da situação de oferta e funcionamento da Educação Escolar Indígena, como instrumento estratégico para o alinhamento do ciclo de gestão das políticas públicas à legislação da modalidade; (c) Produzir informações que contribuam para o cumprimento das atribuições legais da Funai de acompanhamento e monitoramento da educação escolar indígena. Os projetos para diagnósticos da EEI foram intensificados a partir de 2015, na maioria dos casos, por demandas espontâneas. Para a implantação do PDEEI, elaboramos um cronograma para a execução de projetos pilotos em regiões ou povos onde há processos de discussão e planejamento da educação que favoreçam o retorno qualificado; onde a COPE/CGPC mantém projetos estruturantes e/ou acordos de cooperação que possibilitem envolver a Instituição de ensino e professores indígenas na realização do PDEEI (UFG; UFRR; UNEMAT; IFBA; UNEB; UEA; UEMS). O cronograma preliminar do 1º ano do Projeto prevê início das atividades em fevereiro de 2021, incluindo a realização de oficinas de capacitação junto a servidores das CRs que se enquadrem nos critérios citados, e elaboração de relatório final até março de 2022. A proposta de duração do Projeto, contudo, abrange o período de 2021 a 2023. Processo SEI 08620.010712/2020-01.

Considerando que as entregas de 2020 foram de caráter estruturante, mesmo que parte delas continue a ser implementada em etapas e a médio prazo (a exemplo das propostas de cooperações técnicas entre Funai e Instituições de Ensino e da proposta do Projeto de Diagnóstico da EEI como um compromisso institucional, e não uma atividade apoiada pela CGPC condicionada à disponibilidade orçamentária), e, principalmente, que não vislumbramos grande número de produtos dessa natureza pelo simples fato de que nosso orçamento sofre reduções anualmente, dificultando novos compromissos dessa magnitude, recomendamos a manutenção das gestões junto ao MJSP no sentido de reduzirmos a meta em, no mínimo, de 12 (doze) para 08 (oito) produtos por ano. Ademais, não apenas a previsão de entrega de propostas estruturantes pode vir a sofrer reduções nos próximos anos, mas, ao menos em 2021, também o apoio a projetos de Educação Comunitária, estes em razão das incertezas da situação da pandemia de COVID-19.

Por fim, uma vez que entendemos que este não é um Projeto Estratégico, mas um planejamento que abarca diversos, recomendamos que o Relatório sobre a execução do P.E. do MJSP seja apresentado em um tópico específico para este fim nos RMTs, a partir de 2021, deixando este para o registro do que de fato se propõe. Para o presente, optamos por mantê-lo neste mesmo campo, para seguirmos o padrão do relatório anterior.

ANÁLISE DO RESULTADO

Buscaremos apresentar abaixo um breve relato sobre eventos que impactaram a execução do Planejamento Anual da CGPC e em seguida um detalhamento das movimentações orçamentárias no exercício de 2020.

i) Pontos positivos durante a execução

O modelo de Formulário de Plano de Trabalho Anual, elaborado pela equipe da CGPC em novembro de 2019 e disponibilizado na plataforma SEI, auxiliou na coleta de resultados por inserir campos como povos envolvidos e número de indígenas participantes, dados de gênero e faixa etária, parcerias governamentais e da sociedade civil, assim como o local onde as atividades seriam desenvolvidas, especificando Terras Indígenas, municípios e estado, o que facilitou alcançarmos um melhor detalhamento, mesmo que inicial, da cadeia do plano de base de dados abertos. Também como acompanhamento interno, contamos mais uma vez com a planilha de controle de descentralizações do SEAD/CGPC, que utilizamos há anos para o acompanhamento da capacidade de execução orçamentária das Coordenações Regionais. Essa base de dados auxilia o trabalho técnico dos pontos focais da CGPC, responsáveis pela análise dos Planos Anuais de Trabalho e pelo acompanhamento da execução destes, já que, em parte, demonstra em termos orçamentários os relatos das áreas finalísticas das CRs sobre potencialidades e dificuldades na implantação dos projetos. Assim, entendemos que os dados de descentralizações não retratam apenas o fluxo e execução dos recursos alocados na CGPC, mas também subsidiam a busca de alternativas que venham a reduzir entraves, colaborando com os necessários diálogos intersetoriais. Além disso, utilizamos o SEI para identificar e acompanhar a execução dos projetos.

Em fevereiro de 2020, inauguramos a execução do Acordo de Cooperação Técnica com Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), assinado em setembro de 2019, cujo Plano de Trabalho refere-se ao apoio aos cursos Magistério e Agroecologia específicos ao povo Parakanã, mas devido à pandemia de COVID-19 as aulas foram paralisadas após o término dos primeiros módulos dos cursos. Para incrementar nossas ações, recebemos a Emenda Parlamentar Impositiva nº 39010005 no Orçamento Geral da União de 2020, de autoria do Deputado Federal Airton Faleiro, que teve como objetivo complementar o orçamento da parceria entre Funai e IFPA para a qualificação da oferta de cursos de Ensino Médio técnico específicos para os povos indígenas no Estado do Pará. Para tanto, foram aportados R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), dos quais R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) como verba de custeio para apoio aos cursos de educação profissional do IFPA que vêm sendo desenvolvidos para atender as especificidades dos povos indígenas do Estado do Pará, orçamento que ficou sob a coordenação da CGPC. A outra parcela de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) ficou sob a gestão da CGEtno, e trata-se de verba de investimento para fomentar atividades de etnodesenvolvimento em Terras Indígenas no Estado do Pará, por meio da aquisição de maquinários e implementos agrícolas.

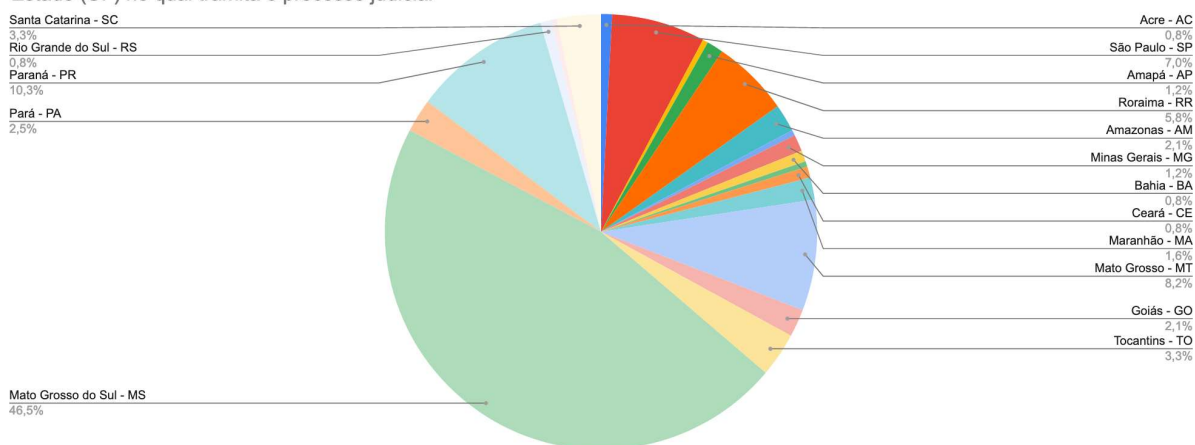
No âmbito do BRA13/2019 Funai e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que tem como objetivo principal apoiar ações relacionadas à implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), foram encaminhadas ao PNUD as minutas do Termo de Referência das Oficinas de Educação Profissional, cujo objetivo é a construção e validação de Projetos Político Pedagógicos de cursos profissionais para povos indígenas voltados ao Ensino Médio Técnico/Profissionalizante com ênfase em gestão ambiental, territorial, sustentabilidade, assim como a minuta do Termo de Referência do Manual de Agroecologia, que visa a elaboração de peça técnica de caráter didático, em formato de Manual, para utilização em processos formativos comunitários e da educação profissional. No âmbito da mesma parceria Funai/PNUD, iniciamos a elaboração a minuta do Termo de Referência do Manual de Gestão, voltado à sistematização de referências legais, conceituais e práticas de gestão intercultural, a fim de fortalecer o controle social entre os povos indígenas, bem

como facilitar a comunicação interinstitucional para a qualificação da EEI, e da minuta de Termo de Referência do Projeto Cartografia Cultural de Conhecimento e Práticas Vivenciadas por Mulheres Indígenas para o Enfrentamento das Mudanças Climáticas no Bioma Cerrado, cujo objeto é a contratação de profissional, para consultoria técnica especializada na modalidade produto, em formato de dossiê, o qual deve conter: registro dos conhecimentos e práticas vivenciados por mulheres indígenas, com ênfase nas tessituras tradicionais e seus arranjos para o enfrentamento das mudanças climáticas no bioma cerrado; e desenho de proposta metodológica, para a elaboração de oficinas destinadas à transmissão e compartilhamento desses conhecimentos e práticas entre mulheres indígenas.

Retomamos os diálogos com o Museu do Índio (MI) sobre a execução do 914BRZ4019, cooperação entre Funai e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) firmada em dezembro de 2015, cujo objetivo é desenvolver projetos voltados à Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Amazônia. No âmbito da Funai, além da CGPC e do Museu do Índio, a parceria envolve a Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC). A cooperação expira em dezembro de 2020, o Museu do Índio informou que pretende propor sua renovação. Ainda com o MI, tratamos da necessidade de reavermos o processo de levantamento de ações com interface MI e CGPC, com o objetivo de traçarmos uma agenda conjunta para o apoio a projetos culturais, de salvaguarda línguas indígenas, impressão de materiais didáticos e paradidáticos em língua indígena e/ou bilingues, dentre outros. Além do incremento às ações da CGPC, pois já são propostas que dialogam com processos educativos comunitários, valorização e revitalização de línguas indígenas, educação escolar indígena e ações para a infância e juventude, essa parceria também contribui para o alcance de metas institucionais, no caso, as previstas no Planejamento Estratégico do MI. Um dos encaminhamentos desta proposta de trabalho conjunto foi a inserção das especificações do Livro-Mapa Hupd'äh, Dâw, e Nadëb no Termo de Referência da Licitação em Sistema de Registro de Preços (SRP) proposta pelo Museu do Índio (ainda em fase de elaboração) para contratação de serviços de projeto gráfico editorial e publicação de livros e catálogos (Processo nº 08786.000535/2020-54). Este pregão também poderá propiciar a oportunidade de inclusão de outras publicações que possam vir a ser apoiadas pela CGPC.

Mantivemos as articulações interinstitucionais para aprimoramento das políticas públicas voltadas à proteção dos direitos das crianças e jovens indígenas. Como exemplo, uma das principais articulações interinstitucionais realizadas para garantir o direito da criança à convivência familiar e comunitária foi o início da parceria com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ que, no âmbito das ações do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizará diagnóstico sobre a situação do sistema de atendimento às crianças na primeira infância em todo Sistema de Justiça brasileiro. A pesquisa se propõe a analisar 5 eixos: (I) Mulheres e adolescentes grávidas e mães de crianças até 6 anos presas ou em regime de internação; (II) Proteção da criança na dissolução da sociedade conjugal; (III) Destituição de poder familiar, adoção e tráfico de crianças; (IV) Famílias acolhedoras e unidades de acolhimento; (V) Estrutura judiciária e gestão administrativa de políticas públicas para a infância e juventude. A Funai também foi convidada pelo CNJ para contribuir na elaboração do fluxo de atendimento às crianças vítimas ou testemunhas de violência. Para o exercício de 2021, foram previstos projetos pilotos nas cinco regiões do Brasil e a Funai acompanhará o processo, conforme Portaria 298 do CNJ, de 17 de dezembro de 2020, que institui Grupo de Trabalho destinado ao acompanhamento destes projetos pilotos para implementação do depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência (Lei nº 13.341/2017), com resguardo das normas protetivas dos valores sociais e culturais dos povos e comunidades tradicionais. No nível interno, o primeiro resultado dessa parceria foi a sistematização dos dados dos processos acompanhados pela Funai que tratam do direito à convivência familiar e comunitária das crianças indígenas. Desse trabalho é possível identificar o perfil das crianças, as regiões de maior impacto, entre outros diagnósticos. Abaixo segue o gráfico com a porcentagem de processos acompanhados por UF:

Estado (UF) no qual tramita o processo judicial



ii) Pontos negativos durante a execução

Como outras ações finalísticas da Funai, os projetos apoiados pela CGPC voltados à participação social, à valorização da infância em contexto de convivência comunitária, à valorização do protagonismo das mulheres em espaços institucionais de representação e decisão política, assim como os de acompanhamento e qualificação da Educação Escolar Indígena e de valorização e revitalização linguísticas, sofreram grande impacto negativo em sua execução em razão da pandemia de COVID-19. Isso se deu porque a execução de grande parte dos projetos envolve a participação direta dos indígenas e da Funai nas comunidades, seja colaborando tecnicamente em oficinas ou mesmo apenas para a entrega de insumos para as atividades, assim como reuniões entre indígenas de diversas localidades, situações que poderiam culminar na exposição destes a riscos de contágio. Vale contextualizar também que encontramos alguns obstáculos para adotarmos alternativas de comunicação remota com as comunidades indígenas de diversas localidades já que, em grande parte, não contam com rede de telefonia, radiofonia, cobertura de rede de internet ou, quando têm acesso a estes meios, não necessariamente possuem dispositivos celulares ou saldos para completar chamadas.

Outro fator que prejudicou nossas ações deve-se ao fato de que a grande maioria dos projetos enviados à CGPC são vinculados ao Serviço de Promoção dos Direitos Sociais e Cidadania (Sedisc), setor das Coordenações Regionais também diretamente envolvido com as atividades relacionadas à prevenção à disseminação da COVID-19 nas comunidades indígenas, como as entregas de cestas básicas, os diálogos com os Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena (DSEIs/Sesai), além de prestarem orientações às demais instituições, a exemplo das Secretarias de Educação, órgãos do Sistema de Justiça, Organizações Indígenas e às comunidades sobre a necessidade de manter medidas de salvaguarda à saúde. Nesse cenário, recebemos apenas uma parcela de Planos de Trabalho Anuais (ou projetos encaminhados fora dos PATs) das Coordenações Regionais com as programações dos Sediscs, elaborados antes da publicação da Portaria n. 419/PRES, de 17 de março de 2020.

Para se ter uma ideia, das solicitações de apoio recebidas no início do ano nos Planos de Trabalho das coordenações regionais e outras ações pontuais, 55 delas, voltadas à participação social, que somam aproximadamente R\$ 855.000,00 (oitocentos e cinquenta e cinco mil reais) não puderam ser atendidas; assim como 18, voltadas à valorização da infância em contexto de convivência comunitária, que somam aproximadamente R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais); e 28, voltadas à valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política, que somam aproximadamente R\$ 431.000,00 (quatrocentos e trinta e um mil reais). No entanto, as orientações técnicas às Coordenações Regionais e articulações interinstitucionais, principalmente quanto ao acompanhamento dos casos que envolvem o direito à convivência familiar e comunitária continuaram normalmente, sempre em observação às orientações dos órgãos de saúde.

A exemplo das demais ações apoiadas pela CGPC, não há como negar o impacto das

restrições que o momento exige em nosso planejamento, já que a grande maioria dos projetos educativos é concebida e colocada em prática junto aos povos indígenas. Em decorrência das restrições de entrada em terras indígenas e a paralisação das aulas, apenas 15 das 39 Coordenações Regionais, e 03 das 11 Coordenações de Frentes de Proteção Etnoambientais enviaram seus PATs com ações relacionadas ao monitoramento e qualificação da Educação Escolar Indígena, que juntas somam 52 propostas de projetos, com valor total de R\$ 1.007.072,83 (Um milhão sete mil e setenta e dois reais e oitenta e três centavos). Destes 52 projetos, 18 receberam descentralização orçamentária integral ou parcial, totalizando R\$ 265.052,80 (Duzentos e sessenta e cinco mil e cinquenta e dois reais e oitenta centavos), porém apenas 10 foram de fato implementadas no exercício de 2020, o que levou à execução financeira de apenas R\$ 148.718,45 (Cento e quarenta e oito mil, setecentos e dezoito reais e quarenta e cinco centavos) do recurso. Quanto aos projetos de Valorização e Revitalização Línguas Indígenas, recebemos 09 propostas, que somam R\$ 261.469,70 (duzentos e sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e setenta centavos). Destas, 05 receberam descentralizações, que alcançam o total de R\$ 84.263,30 (Oitenta e quatro mil e duzentos e sessenta e três reais e trinta centavos), porém apenas 01 foi implementada, acarretando na execução de R\$ 6.372,00 (seis mil, trezentos e setenta e dois reais).

Como assinalamos em nossa tabela de riscos, o reduzido número de servidores lotados nas unidades descentralizadas dificultou não apenas um planejamento de ações locais, mas também nossa busca por alternativas de solução aos pontos negativos, a exemplo de nossas propostas de parceria entre as Coordenações Regionais para a realização de poucos projetos passíveis de execução durante o período da pandemia, já que notamos uma carência generalizada de servidores. Um dos fatores que identificamos como essencial foi o da indisponibilidade (e em alguns casos até mesmo a ausência) de servidores com perfis de pregoeiro lotados em nossas Coordenações Regionais, uma vez que as atividades de enfrentamento à COVID-19 acarretavam na necessidade de formalização de novos processos licitatórios para viabilizar nossos atendimentos às comunidades indígenas. Aliás, a ausência e/ou indisponibilidade de pregoeiros foi um dos principais fatores para a baixa execução dos recursos da Emenda Parlamentar Impositiva nº 39010005 no OGU 2020, que pode vir a acarretar a redução da probabilidade de conseguirmos recursos suplementares dessa natureza no próximo exercício.

iii) Soluções elaboradas para enfrentar os pontos negativos

Independentemente dos eventos e resultados que apresentaremos abaixo, durante a elaboração do RMT constatamos um lapso do Formulário de Detalhamento da Política Pública de Promoção da Cidadania (SEI 2364305) a necessidade de adequação do indicador e/ou a fórmula de cálculo do fenômeno mensurado, já que o primeiro refere-se ao número de indivíduos beneficiados pelos projetos, quando a equação para aferir esse resultado é a somatória de projetos apoiados pela CGPC. Para melhor ilustrar a discrepância entre indicador e fórmula de cálculo, segue abaixo a descrição do indicador, tal como proposto no Formulário de Detalhamento:

Alcançar 10 % da população indígena nacional ao ano com projetos voltados à:

- a) educação escolar indígena,
- b) à valorização e revitalização de línguas das línguas,
- c) à participação social,
- d) à valorização da infância em contexto de convivência comunitária,
- e) à valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política.

A partir de 2021 há o incremento de 5% ao ano à meta do ano de 2020.

Para tanto, conceitua-se Projeto como um esforço empreendido com objetivo preestabelecido, definido e claro, seja criar um produto, serviço, processo. Tem início, meio e fim determinados, duração e recursos limitados, em uma sequência de atividades relacionadas à Promoção da Cidadania.

Considerando que no exercício de 2020 a execução da Política Pública de Promoção da Cidadania apresentou um resultado muito abaixo do esperado (apenas 0,32% de um total de 817.963 indígenas em todo o território nacional - dado do site da Funai), sugerimos gestões para a alteração do indicador vinculando-o à número de projetos apoiados (com a possibilidade de especificar-se esse

número de projetos por macrorregião, Terras Indígenas, povos indígenas, biomas, etc.), já que a pretensão de alcançar a meta de 10% da população indígena nacional (cerca de 81.800 indivíduos) em 2020, com o incremento de 5% em 2021, não parece razoável. Importante destacarmos que nossa recomendação não tem como base os impactos resultantes do atual momento de crise de saúde, mas sim o desempenho da CGPC em anos pregressos. Vale registrar também que há muito se discute a questão de que não há como considerar que os projetos da CGPC beneficiem apenas indivíduos que participaram diretamente destes, já que são desenvolvidos em resposta a demandas comunitárias. Recomendamos, assim, que seja retomada a discussão interna sobre o meio mais apropriado para demonstrar os resultados de nossas ações.

Não obstante os resultados, como alternativa à continuidade de nossa atuação, mesmo que suspensas temporariamente nossas atividades da área finalística por dependerem de idas a campo ou de visitas dos indígenas às unidades da Funai, adequamos nosso planejamento às demais competências regimentais da CGPC, especialmente em áreas que há anos tentamos colocar em prática, mas não contávamos com orçamento suficiente ou com a oportunidade de aprofundarmos discussões em equipe para propostas mais abrangentes, já que o acompanhamento dos projetos das unidades descentralizadas e a entrega de subsídios técnicos para posicionamento da Funai frente a demandas externas, a exemplo das judiciais, tomam um considerável tempo de dedicação dos técnicos.

Nesse sentido, atuamos na área de Educação Escolar Indígena, mantendo diálogos constantes com as Secretarias de Educação sobre os riscos de retorno às aulas e condições de acesso à plataformas de EAD nas aldeias, assim como sobre a necessidade de que atendam às reivindicações dos professores indígenas de que sejam contabilizadas como atividades letivas os processos educativos comunitários, de acordo com as normativas para a oferta da Educação Escolar Indígena. Concentramos nossos esforços em diálogos técnicos para a qualificação de proposições de parcerias da Funai com Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), para a oferta de cursos específicos de Ensino Médio integrado à formação profissionalizante e cursos de menor duração, como os de Formação Inicial e Continuada (FIC), preferencialmente ministrados em territórios indígenas. Dentre os resultados que alcançamos, destacamos os diálogos com os Institutos Federais do Amazonas (IFAM) e o de Mato Grosso (IFMT). No primeiro caso, a parceria com o IFAM, as minutas de ACT e Plano de Trabalho já passou pela análise e aprovação da área de assistência jurídica vinculada à instituição de ensino e, após apontamentos técnicos da CGPC, submetemos à avaliação da DPDS para, se de acordo, envio à análise da PFE-Funai. Quanto ao ACT Funai/IFMT, cuja minuta foi encaminhada por nós com o intuito de iniciarmos diálogos técnicos principalmente para a elaboração do Plano de Trabalho, já foi analisada e também aprovada pela assistência jurídica. Assim sendo, em dezembro de 2020 encaminhamos nossa minuta do primeiro Plano de Trabalho para finalizarmos a apresentação das principais peças da proposta de Acordo de Cooperação. Por fim, ainda sobre propostas de parceria com instituições de ensino, demos andamento aos diálogos técnicos entre Funai e Instituto Federal de Tocantins (IFTO), iniciados em 2019, mas sem muitos avanços em 2020 por questões internas à equipe do IFTO.

Para a execução orçamentária da Emenda Parlamentar Impositiva nº 39010005 no Orçamento Geral da União de 2020, a CGPC e a CGEtno mantiveram diálogos com as Coordenações Regionais Baixo Tocantins e Tapajós, assim como com o IFPA, no sentido de buscarmos alternativas que viabilizassem o empenho orçamentário em prazo hábil, incluindo parcerias com outras Coordenações Regionais e adesão a Atas de Registro de Preços de outras instituições. Como apresentamos no campo "pontos negativos", o maior obstáculo foi a falta de recursos humanos nas Coordenações Regionais para desenvolver as atividades administrativas inerentes à execução da emenda, destacando que neste caso a carência de servidores não é uma problemática restrita às unidades da Funai diretamente envolvidas neste processo, já que também constatamos a grande dificuldade das demais Coordenações Regionais em ceder temporariamente pregoeiros, quando contam com servidores com este perfil. Uma breve exposição dos passos tomados para a implementação dos projetos pode ser acessada no Despacho COPE/CGPC (SEI 2442469), do processo 08620.003228/2020-18.

No ensino superior, realizamos gestões junto à Secretaria de Ensino Superior (SESU/MEC), apresentando as condições que os acadêmicos indígenas enfrentaram em meio à pandemia de COVID-19 e expondo a necessidade de abertura de novas inscrições no Programa Bolsa Permanência, política

pública essencial para apoiar a permanência dos acadêmicos nos centros urbanos. Contribuímos tecnicamente com a formulação de um Acordo de Cooperação Técnica entre a Funai e a Universidade do Estado de Mato Grosso, no sentido de apoiar a política inclusiva da Faculdade Intercultural Indígena/Unemat nos cursos de formação de professores em Licenciatura e Pedagogia Interculturais. O ACT foi aprovado pelas partes e assinado em 26 de novembro de 2020.(SEI 2469010 - Processo nº 08620.002122/2020-05). Publicado no Diário Oficial da União em: 03/12/2020 | Edição: 231 | Seção: 3 | Página: 144 e, de início, irá beneficiar 111 (cento e onze) acadêmicos.

Atualmente contamos com 04 (quatro) ACTs vigentes com Instituições de Ensino Superior (IES), que auxiliam o acesso de 24 (vinte e quatro) acadêmicos aos seus cursos, assim distribuídos:

- i) ACT nº 02/2010 Funai/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): auxílio financeiro para passagens terrestres para 03 (três) estudantes, com custo anual de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais);
- ii) ACT nº 02/2011 Funai/Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS): auxílio financeiro para passagens terrestres para 05 (cinco) estudantes, com custo anual de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), integralmente descentralizado em 2020;
- iii) ACT nº 02/2015 Funai/Universidade de Brasília (UnB): custeio com passagens aéreas e concessão de auxílio financeiro para custear deslocamentos terrestres e/ou fluviais para 17 (dezessete) estudantes, com custo anual de R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais) - R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) em auxílio financeiro e R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) em passagens aéreas;
- iv) ACT nº 01/2016 Funai/Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul (UEMS): fornecimento de passes de ônibus urbano para 16 (dezesseis) estudantes residentes em Dourados, com custo anual de R\$ 10.350,00 (dez mil, trezentos e cinquenta reais).

A maioria das cooperações com IESs contam com prazos de vigência consideravelmente longos, geralmente 10 (dez) anos. Uma particularidade importante desses ACTs é a garantia de apoio aos beneficiários desde o momento da matrícula até a conclusão do curso. Assim, nossas regionais acompanham o processo informando periodicamente o número de acadêmicos contemplados pelo Acordo que ainda estão matriculados e os que concluíram seus cursos, dado que viabiliza nossas estimativas de custos para os planejamentos anuais. Porém, fato é que desde a celebração dessas cooperações, já aditivadas ou atualmente atendendo apenas beneficiários remanescentes, não foi definido um teto orçamentário e um critério para a sistematização da percentagem de execução de custos globais, possivelmente devido à imprecisão do período necessário para que cada estudante conclua seu curso, variável entre o prazo mínimo e o máximo definido pela instituição de ensino. Por esse motivo, uma vez que a tabela de instrumentos foi apresentada como modelo, incluímos a coluna “Valor Anual”. Consideramos que a imprecisão aumenta por se tratar do apoio ao acesso a cursos convencionalmente oferecidos nas universidades, que, aliás, não foram considerados como produto para o presente relatório, já que compreendemos que apenas os cursos específicos de formação de professores impactam na linha de ação Educação Escolar Indígena. Porém, consideramos que, a exemplo das discussões em curso para a proposição de cooperações técnicas entre Funai e instituições de ensino, passaremos a contar com mais elementos para aferição, principalmente por estarem restritas a cursos específicos nos quais, em sua maioria, a criação de novas é condicionada à conclusão das anteriores.

Quase que completamente paralisados os trabalhos em campo, colocamos em prática o projeto de publicação de materiais didáticos, processo que há tempos planejamos, mas sempre impossibilitados devido à reserva orçamentária insuficiente e pela grande demanda que nos chega. A CGPC apoiou em anos anteriores grande parte das oficinas para a produção desses materiais, fruto da parceria de professores e demais membros das comunidades indígenas, com colaborações de linguistas. Os 07 (sete) livros que aguardam apenas a impressão, ou seja, já revisados por professores indígenas e linguistas, editados por especialistas em arte final, digitalizados e, em seguida, aprovados pelas comunidades são:

- i) *Dama Romnhoré'wa Nhimromnhoredzé Rówaihu Naratadzé* (Livro do Mestre Para Alfabetização Xavante);

- ii) *Narrativas Tenetehara- Guajajara* (Livro de literatura);
- iii) *Livro de exercício – Tenetehara- Guajajara*;
- iv) *Kujeat Pusug* (Saúde e Alimentação Munduruku);
- v) *Muraycoko* (Livro de Alfabetização Munduruku);
- vi) *Yawati Tinin 2* (Livro de Literatura Kokama) e
- vii) *Yawati Tinin 3* (Livro de Literatura Kokama).

Considerando que um número elevado de Coordenações Regionais não contavam com condições administrativas para formalizar processos de contratação de profissionais e empresas especializadas em publicação de livros e ao mesmo tempo atender demandas relacionadas à pandemia de COVID-19, a solução que encontramos foi a de consultar a Coordenação Regional Litoral Sudeste (CR LISE) sobre a possibilidade de formalizar um processo licitatório que comportasse as especificações de cada um dos 07 (sete) livros. Porém, apesar de termos recebido o aceite, em 14 de outubro de 2020, e colaboração da CR LISE, para a formalização do processo licitatório (processo nº 08122.000595/2020-81), não conseguimos atender a tempo as recomendações da análise realizada pela PFE-Funai (SEI 2729667) quanto à segunda versão do seu Termo de Referência (SEI 2712542). Um vez que a própria CR LISE apresentou o interesse de incluir outras publicações com especificações bem particularizadas, para facilitar a organização do processo optamos por concluí-lo e formalizarmos um novo ainda no início de 2021. As outras Coordenações Regionais envolvidas também serão beneficiadas com o novo Termo de Referência, já que poderiam rever os formatos das publicações que ainda demandam a formalização de processos para a contratação de serviços gráficos especializados.

No âmbito das ações voltadas à qualificação da Educação Escolar Indígena, a partir das atividades já existentes do Diagnóstico da Educação Escolar Indígena, definimos como estratégia apresentar o Projeto de Diagnóstico como instrumento prioritário para o acompanhamento e controle social de políticas educacionais, executadas pelos estados e municípios, com vistas a gerar proposições que contribuam para o atendimento das comunidades indígenas. Mais detalhes sobre o projeto podem ser acessados no processo SEI 08620.010712/2020-01.

Por fim, registramos que o relatório tratou apenas da execução de projetos e atividades vinculados às linhas de ação definidas no Questionário de Políticas Públicas de Promoção da Cidadania, não constando neste levantamento as solicitações e descentralizações para processos de educação comunitária e de valorização da cultura, ações de combate ao preconceito e discriminação, apoio à elaboração de protocolos de consulta e, como citamos anteriormente, apoio ao acesso e permanência de acadêmicos indígenas em cursos convencionais (não-específicos).

iv) Regionalização da base de dados

Com base no Formulário de Planos de Trabalhos Anuais da CGPC, de janeiro a dezembro de 2020 encontramos os seguintes resultados por linhas de ação:

Bioma: Amazônia Macrorregiões: Centro-Oeste e Norte Percentagem da meta de janeiro a dezembro/2020: 43,6%		
Linhas de ação	Número de projetos	Número de participantes
Projetos voltados à valorização da infância em contexto de convivência comunitária	3	3
Projetos voltados à participação social	01	150
Projetos voltados à valorização das mulheres nos espaços	01	350

institucionais de representação e decisão política		
Educação Escolar Indígena	05	575
Valorização e Revitalização Linguística	1	64
TOTAL	11	1.142

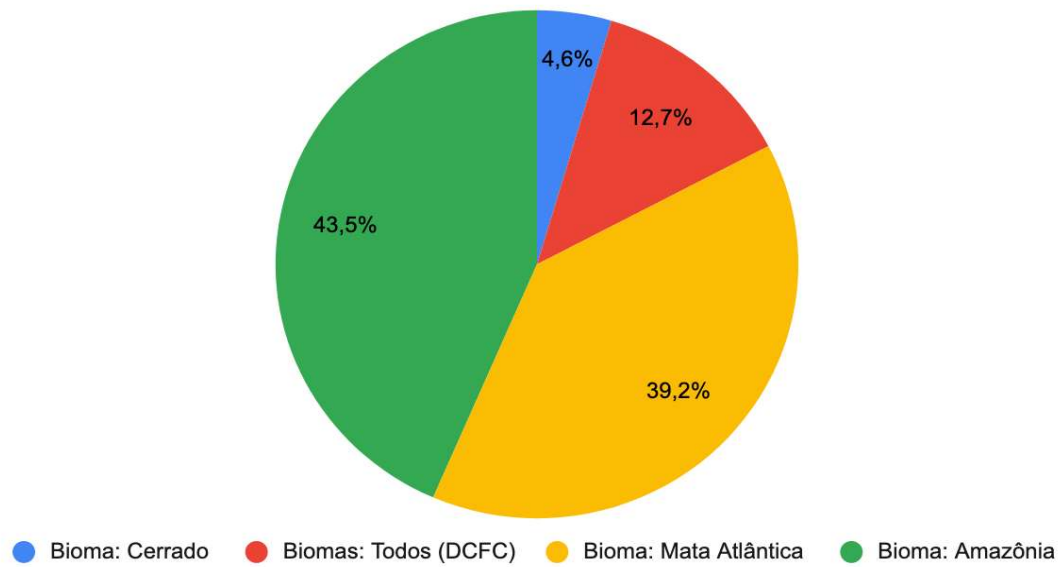
Bioma: Cerrado Macrorregiões: Centro-Oeste Percentagem da meta de janeiro a dezembro/2020: 18%		
Linhas de ação	Número de projetos	Número de participantes
Projetos voltados à valorização da infância em contexto de convivência comunitária	02	02
Projetos voltados à participação social		
Projetos voltados à valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política		
Educação Escolar Indígena	3	468
Valorização e Revitalização Linguística		
TOTAL	5	470

Bioma: Mata Atlântica Macrorregiões: Sudeste e Sul Percentagem da meta de janeiro a dezembro/2020: 39,2%		
Linhas de ação	Número de projetos	Número de participantes
Projetos voltados à valorização da infância em contexto de convivência comunitária	-	-
Projetos voltados à participação social	1	1.000
Projetos voltados à valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política		
Educação Escolar Indígena	1	28
Valorização e Revitalização Linguística		
TOTAL	02	1.028

Não houve registros significativos de projetos desenvolvidos por regiões de caatinga, pampa e pantanal, porém não exclui a possibilidade de que indígenas e/ou povos de alguma dessas regiões possam ter participado direta ou indiretamente de ações, a exemplo do apoio nos deslocamentos de acadêmicos às universidades, e do levantamento de processos referentes ao Direito de Convivência

Familiar e Comunitária, que envolvem diretamente 331 indivíduos.

Regionalização da base de dados



Detalhamento da execução da Política Pública de Cidadania

Projetos voltados à valorização da infância em contexto de convivência comunitária											
Macro Região/ Bioma	UF / CR	Município / T.I.	Processo	Atividade	Povo(s)	Público- alvo	Indígenas beneficiários	Data da realização	Valor descentralizado	PI	Documentos Relacionados
Centro-Oeste Cerrado	Mato Grosso CR Araguaia Tocantins	Luciara - MT	08743.0000 46/2020-07	Estudo para a produção de relatório que constituirá como manifestação da Funai nos autos de processo 00467.016765/2019-01	Akwê-Xerente	criança	1	03 a 06/03	R\$ 796,50	66APD	2000156
Norte Amazônia	Roraima CR Roraima	Bonfim-RR	08749.0000 29/2020-10	Realização de estudo social nos autos 00000068-67.2014.8.23.0090, que será realizado na Comarca de Bonfim/RR	yanomami	criança	1	13/02	R\$ 422,00	66APD	1955438
Centro-oeste Cerrado	Mato Grosso CR Xavante	Primavera do Leste - MT	08746.0001 18/2020-88	Acompanhamento do caso de Criança em situação de violência em Primavera do Leste - MT	Xavante	criança	1	janeiro	R\$ 1.128,00	66APD	1929923
Centro-oeste Amazônia	Mato Grosso CR Xingu	Querência-MT	08075.0001 45/2020-09	Diagnóstico sobre a pretensão de adoção da criança indígena T.K. da etnia Kayabi e mediação de conflito entre as famílias envolvidas.	Kayabi	criança	1	18/02	R\$ 2.694,40	66APD	1973208
Todos	Diversos	Diversos	08620.0030 73/2020-10	Levantamento dos processos referentes ao Direito à convivência familiar e comunitária	Diversos	crianças	331	abril	-	-	diversos
Centro-Oeste Mata Atlântica	Mato Grosso do Sul CR Dourados	Juti/MS	00434.0300 74/2018-16	Acompanhamento de estudo social, a fim de verificar se os membros da família têm interesse e condições de assumirem os cuidados de criança indígena da mesma etnia, acolhida institucionalmente.	Guarani Kaiowá	criança	1	29/10	R\$88,50	66APD	2588451 2629872
TOTAL							336		R\$ 5.040,90		

Projetos voltados à participação social											
Macro Região/ Bioma	UF / CR	Município / T.I.	Processo	Atividade	Povo(s)	Público- alvo	Indígenas beneficiados	Data da realização	Valor descentralizado	PI	Documentos Relacionados
Norte Amazônia	Amapá-AP CR Amapá e Norte do Pará	 Oiapoque-AP	 08767.0000 23/2020-16	 Assembleia de Avaliação dos Povos Indígenas do Oiapoque	Karipuna, Palikur, Galibi Marwono e Galibi Kali'na	 Caciques	 150	 27 a 29/02	 R\$ 15.880,00	 66APO	2047180 , 2046948 , 2019296 e 2005655
Sul Mata Atlântica	Santa Catarina-SC CR Litoral Sul	 José Boiteux-SC	 08128.0006 89/2019-66	 I Encontro da Juventude Laklânô Xokleng	 Laklânô Xokleng	 Jovens	 1000	 23 a 25/01	 R\$ 1.285,00	 66APO	 1931534
TOTAL							1150		R\$ 17.165,00		

Projetos voltados à valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política.											
Macro Região/ Bioma	UF / CR	Município / T.I.	Processo	Atividade	Povo(s)	Público- alvo	Indígenas beneficiados	Data da realização	Valor descentralizado	PI	Documentos Relacionados
Norte Amazônia	Maranhão- MA CR Maranhão	 Bom Jardim-MA	 08763.0000 40/2020-93	 IV Encontro de Mulheres Indígenas do Maranhão	Guajajara; Canela; Apanyekrá; Canela Ramkokamekrá; Krepum; Krenyê; Tremembé; Gamela; Awá; Ka'apor; Krikati; Gavião	 Mulheres	 350	 27/02 a 03/03	 R\$ 15.841,00	 66APO	2001358 , 2000524
TOTAL							350		R\$ 15.841,00		

Educação Escolar Indígena											
Macro Região/Bioma	UF / CR	Município / T.I.	Processo	Atividade	Povo(s)	Público-alvo	Indígenas beneficiados	Data da realização	Valor descentralizado	PI	Documentos Relacionados
Centro-Oeste Amazônia; Cerrado e Pantanal	Mato Grosso	Realizado em Barra do Bugres-MT	08620.011951/2019-37	VI Etapa Presencial - Apoio ao acesso e permanência de acadêmicos indígenas nos cursos específicos da Faculdade Intercultural Indígena – Faindi/Unemat	Apiaká; Arara; Bakairi; Bororo; Cinta Larga; Chiquitano; Irantxe; Juruna; Kayabi; Karajá; Mebengokre; Mehniako; Myky; Munduruku; Nambikwara; Paresi; Rikbatsa; Terena; Umutina; Xavante	Adultos	111	20/01 a 15/02	R\$ 57.444,00	065APE	(SEI 1872470) (SEI 1777594) (SEI 1872884)
		T.I. Bakairi; T.I. Estivadinho; T.I. Marãiwatsédé; T.I. Marechal Rondon; T.I. Nambikwara; T.I. Parabubure; T.I. Pareci; Parque Indígena Xingu T.I. Perigara; T.I. Pimentel Barbosa; T.I. São Marcos; T.I. Sangradouro; T.I. Santana; T.I. Umutina; T.I. Utariti; T.I. Vila Nova Barbecho; T.I. Volta Grande									
Centro-Oeste Cerrado	Goiás CR Araguaia Tocantins	Minaçu-GO T.I. Avá Canoeiro	08743.000630/2019-11	EEI para Povos de Recente Contato - Reunião em Minaçu-GO entre Funai e Seduc-GO sobre educação escolar na T.I. Avá Canoeiro.	Avá Canoeiro	Jovens e crianças	7	28/01/20	R\$ 1.239,00	065APE	(SEI 1883463) (SEI 1896793)
Norte Amazônia	Pará CR Baixo Tocantins	Marabá-PA T.I. Parakanã	08770.000754/2019-79	ACT Funai/IFPA - Encontro Pedagógico; Acompanhamento das entrevistas e 1º Módulo das 04 turmas dos cursos de Ensino Médio Técnico de Magistério e Agroecologia específicos ao povo Parakanã.	Parakanã	Jovens e adultos	101	Encontro Pedagógico: 20 a 21/01 Entrevista: 17 a 19/02 1º Módulo: 10 a 23/03	R\$ 32.051,16	065APE	(SEI 1855541) (SEI 1970306) (SEI 1990038) (SEI 1983531) (SEI 1992546)
Norte Amazônia	Amazonas CR Madeira	Humaitá-PA Residentes nas aldeias, vila nova, marmelo e Kwaiari	08113.000035/2020-35	Fornecimento de gêneros alimentícios para apoiar a permanência de estudantes no município de Humaitá-AM por 06 meses, para a conclusão do estágio obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem do Centro de Educação Tecnológico do Amazonas (CETAM).	15 Tenharim; 01 Parintintin e 01 Diarrói	Jovens e adultos	17	início de fevereiro à final de agosto/2020	R\$ 9.322,00	065APE	(SEI 1935037) (SEI 1951986) (SEI 1991327)

Sudeste Mata Atlântica	Minas Gerais CR Minas Gerais / Espírito Santo	Santa Helena de Minas-MG T.I. Maxacali (aldeia Água Boa)	08759.000723 /2019-76	Acompanhamento da Funai no I Seminário da Rede de Pesquisa Maxakali Tikmu un Yay Tununaha, “Seminário de Pesquisa Hãm Yikopit (Perguntar para a terra)”- realizado na Aldeia Água Boa, T.I. Maxakali, e organizado pela UFMG (apresentações dos trabalhos de pesquisa dos Maxakali)	Maxakali	Jovens e adultos	28	11 a 14/02	R\$ 2.547,00	065APE	(SEI 1957099) (SEI 1971164)
Norte Amazônia	Amazonas CR Rio Negro	São Gabriel da Cachoeira-AM T.I. Alto Rio Negro	08780.000010 /2020-79	Acompanhamento da Funai nas oficinas sobre o PNAE. Localidades: calha do Rio Içana na Comunidade de Assunção do Içana (245 hab) e Rio Ayari na Comunidade de Canadá (139 hab)	Baniwa	Jovens e adultos	384	21 a 28/01	R\$ 885,00	065APE	(SEI 1870035)
Norte Amazônia	Pará CR Tapajós	Itaituba-PA Aldeia Praia do Mangue	08764.000001 /2020-86	Apoio à Oficina de Continuidade do Ensino Médio Técnico do Povo Munduruku	Munduruku	Jovens e adultos	40	10 A 15/02	R\$ 26.750,29	065APE	(SEI 1965321) (SEI 1974478)
Norte Amazônia	Amazonas CR Vale do Javari	Atalaia do Norte-AM T.I. Vale do Javari	08744.000109 /2019-73	Apoio ao deslocamento de 33 (trinta e três) professores indígenas para as atividades formativas do 8º Módulo dos Cursos de Licenciatura e Pedagogia Interculturais (PARFOR), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Parceiros: Semeed Atalaia do Norte; Univaja e Funai/CR VJ.	professores da TI Vla de Javari	Jovens e adultos	33	procurar	R\$ 18.480,00	065APE	(SEI 1976191) (SEI 2007315)
Centro Oeste Mato Grosso	CR Cuiabá CTL Rondolândia	Rondolândia T.I. Zoró	08079.000676 /2020-53	Trabalho emergencial de apoio ao início do ano letivo junto aos Zoró	Zoró	Estudantes das escolas municipais e estaduais	350	Setembro a dezembro 2020	R\$ 9.802,00	066APE	(SEI 2387964) (SEI 2458790) (SEI 2460949) (SEI 2465497)
Centro Oeste Mato Grosso	CR Cuiabá CTL Rondolândia	Rondolândia T.I. Zoró	08079.000009 /2020-71	Apoio à realização da etapa final do Magistério Intercultural promovido pela Seduc/MT, apoio à participação de 12 professores/sabedores da Língua Pangyjej/Zoró	Zoró	Professores Zoró	12	Janeiro 2020	RS 6.372,00	065APE	(SEI 1872705) (SEI 1896782) (SEI 1911701)
TOTAL							1.071		R\$ 164.892,45		

Valorização e Revitalização de Línguas Indígenas											
Macro Região/ Bioma	UF / CR	Município / T.I.	Processo	Atividade	Povo(s)	Público- alvo	Indígenas beneficiários	Data da realização	Valor descentralizado	PI	Documentos Relacionados
Centro-Oeste Amazônia	Mato Grosso	Aripuanã-MT	08079.000009 /2020-71	Oficina de Análise da Língua Pangyjej Zoró - apoio à participação de 12 professores/sabedores da Língua Pagyjej, para a elaboração do pocolo de padronização da ortografia Zoró, para uso nas escolas.	Zoró	Anciãos, jovens E adultos	64 (12 Sábios + 52 estudantes do Magistério Intercultural)	02/01 a 06/02	R\$ 6.372,00	065APE	(SEI 1872705) (SEI 1952809) (SEI 1974525) (SEI 2203771)
	CR Ji-Paraná (CTL Rondolândia)	T.I. Zoró		Realizada na etapa final do Magistério Intercultural promovido pela Seduc/MT.							
TOTAL							64		R\$ 6.372,00		

RISCOS

Matriz de riscos:

Tipo de Risco (1) Operacional (2)Imagem/reputação do órgão (3) Legais (4)Financeiros/orçamentários (5) Integridade	Evento de Risco	Gravidade (impacto potencial)	Tendência (probab. de ocorrer)	Plano de Contingência	Resposta ao Risco: (1) Aceitar o risco (2) Reduzir o risco (3) Transferir o risco (4) Evitar o risco
1	Carência de recursos humanos em especial nas CRs e CTLs da Funai Alto Alta	Alta	Alta	Incentivar a recolocação e transferência de servidores de Unidades melhor contempladas; Realização de concurso.	2
4	Aprovação de Orçamento na LOA insuficiente para atender as necessidades; Contingenciamento orçamentário.	Alto	Alto	Identificar e articular outras fontes de recursos, a exemplo de emendas parlamentares. Realizar gestões para parcerias que permitam recebimento de repasses orçamentários.	2

1	Baixa disponibilidade recursos orçamentários nas Instituições e Órgãos da educação para ações e projetos específicos para povos indígenas.	Médio	Alta	Realizar gestões e apresentar proposições de criação de programas que atendam as especificidades das línguas indígenas, das demandas de educação profissional, e de ações para o acesso e permanência no ensino superior.	2
1	Falta de política de gestão da informação que potencialize ferramentas para análise de dados.	Médio	Média	Fazer as gestões necessárias com as áreas da Funai com domínio de tecnologia da informação, buscando potencializar recursos já existentes. Consolidar contatos e articulações com as instituições que produzem informações nesse campo (INEP, MEC/FNDE, Secretarias de Educação, SESU)	2
1	Em alguns casos, pouco conhecimento, por parte das unidades descentralizadas da Funai e de Secretarias de Educação, sobre os princípios de educação intercultural e diferenciada, dos processos educativos dos povos indígenas, dificultando uma atuação mais propositiva da Funai junto às Secretarias de Educação, as Instituições de Ensino e às comunidades. .	Média	Alta	Elaborar um plano de formação e capacitação para servidores que atuam nesse campo. Promover oficinas de capacitação, incentivar os servidores para o estudo e Incentivar o conhecimento da produção acadêmica e técnica sobre o assunto e disponibilizar estudos e publicações.	2
1	Dificuldades administrativas, por falta de contratos com fornecedores , dificuldades logísticas e operacionais nas CRs e CTLS que prejudicam a execução das atividades planejadas .	Alto	Média	Atender necessidade de quadro técnico administrativo nas CRS. Investir na capacitação para melhoria da gestão Aprimorar a comunicação com as Coordenações Regionais e a sede da Funai, em especial a área meio.	3; 4
	Baixa priorização da pauta de educação por parte das				

2	entidades nacionais de representação indígenas.	Alto	Alta	Sensibilizar sobre a o caráter transversal da educação nas políticas e ações destinadas aos povos indígenas.	2
1	Dificuldades do responsável legal pelas políticas e financiamento da educação escolar, em estabelecer uma coordenação das ações, e de monitorar a execução por de estados e municípios.	Alto	Alta	Realizar gestões e diálogos, propor uma atuação mais articulada entre Funai e MEC.	2; 3

PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DE CONTROLES

Unidade: Coordenação-Geral de Promoção da Cidadania - CGPC

Processo de Trabalho: Promoção e proteção dos direitos sociais, culturais e de cidadania, fortalecendo a autonomia dos povos indígenas

Responsável pela análise: Joany Marcelo Arantes

Data da Análise: 11/01/2021

N	Risco	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Controle Proposto	Tipo de Controle	Mecanismos de Implementação	Responsável	Prazo	
								Início	Fim
1	Carência de recursos humanos em especial nas CRs e CTLs da Funai	Alta	(2)Reduzir o risco	Incentivar a recolocação e transferência de servidores de Unidades melhor contempladas; Realização de concurso	corretivo	MEDIDA CONCRETA em referência ao controle proposto Elaborar nota técnica elucidando as dificuldades na execução dos projetos e os benefícios do aumento do número de servidores.	Se possível, indicar 1 servidor (ponto focal - tb para articulação) Dages/CGGP Ponto focal CGPC (André, Aurení e Viviane)	2020	2023
2	Aprovação de Orçamento na LOA insuficiente para atender as necessidades;Contingenciamento orçamentário.	Alta	(2)Reduzir o risco	identificar e articular outras fontes de recursos, a exemplo de emendas parlamentares.Realizar gestões para parcerias que permitam recebimento de repasses orçamentários.	corretivo	Elaborar nota técnica demonstrando o número de projetos que não podem ser apoiados por falta de recurso/contingenciamento.	Dages/CGOF Ponto focal CGPC (André, Aurení e Viviane)	2020	2023
3	Baixa disponibilidade recursos orçamentários nas Instituições e Órgãos da educação para ações e projetos específicos para povos indígenas.	Médio	(2)Reduzir o risco	Realizar gestões e apresentar proposições de criação de programas que atendam as especificidades das línguas indígenas, das demandas de educação profissional, e de ações para o acesso e permanência no ensino superior.	corretivo	Elaborar nota técnica demonstrando o número de projetos que não podem ser apoiados por falta de recurso/contingenciamento	Dages/CGOF Ponto focal CGPC (André, Aurení e Viviane)	2020	2023

4	Pouca experiência na produção de informações sistematizadas no campo da política indigenista.		(2)Reduzir o risco	Incentivar, orientar e capacitar técnicos na criação de rotinas para coleta de dados, produção de informações, contribuição e avaliação das políticas de educação, para mulheres, crianças, jovens e anciãos.	preventivo	Elaborar sugestão de instrumento para sistematização dos dados e informações.	Cope e Cogen/CGPC (André e Auren)	2020	2023
5	Falta de política de gestão da informação que potencialize ferramentas para análise de dados.	Médio	(2)Reduzir o risco	Incentivar, orientar e capacitar técnicos na criação de rotinas para coleta de dados, produção de informações, contribuição e avaliação das políticas de educação para mulheres, crianças, jovens e anciãos.	preventivo	Elaborar sugestão de instrumento para sistematização dos dados e informações.	Cope e Cogen/CGPC (André e Auren)	2020	2023
6	Em alguns casos, pouco conhecimento, por parte das unidades descentralizadas da Funai e de Secretarias de Educação, sobre os princípios de educação intercultural e diferenciada, dos processos educativos dos povos indígenas, dificultando uma atuação mais propositiva da Funai junto às Secretarias de Educação, as Instituições de Ensino e às comunidades.	Médio	(2)Reduzir o risco	Elaborar um plano de formação e capacitação para servidores que atuam nesse campo. Promover oficinas de capacitação, incentivar os servidores para o estudo e Incentivar o conhecimento da produção acadêmica e técnica sobre o assunto e disponibilizar estudos e publicações. Em fase de elaboração a proposta formal do Projeto de Diagnóstico de Educação Escolar Indígena.	corretivo	Elaborar projeto de formação e capacitação de servidores	Cope/CGPC (André)	2020	2023
7	Dificuldades administrativas, por falta de contratos com fornecedores , dificuldades logísticas e operacionais nas CRs e CTLS que prejudicam a execução das atividades planejadas		(3)Transferir o risco (4)Evitar o risco	Atender necessidade de quadro técnico administrativo nas CRS. Investir na capacitação para melhoria da gestão Aprimorar a comunicação com as Coordenações Regionais e a sede da Funai, em especial a área meio.	corretivo	Elaborar nota técnica demonstrando o número de projetos que não podem ser apoiados por falta de contratos com fornecedores , dificuldades logísticas e operacionais nas CRs e CTLS	Dages/CGRL Ponto focal CGPC (André, Auren e Viviane	2020	2023
8	ção da pauta de educação por parte das entidades nacionais de representação indígenas.	Alto	2)Reduzir o risco	Sensibilizar sobre a o caráter transversal da educação nas políticas e ações destinadas aos povos indígenas.	preventivo	Elaborar proposta de material informativo	Cope/CGPC (André)	2020	2023
9	Dificuldades do responsável legal pelas políticas e financiamento da educação escolar, em estabelecer uma coordenação das ações, e de monitorar a execução por de estados e municípios.	Alto	(2)Reduzir o risco (3)Transferir o risco	Realizar gestões e diálogos, propor uma atuação mais articulada entre Funai e MEC.	preventivo	Propor reunião com MEC	Cope/CGPC (André)	2020	2023



CONCLUSÃO

Após análise dos resultados, é inegável concluir que a pandemia causada pela COVID-19 afetou drasticamente os resultados da implementação da Política Pública de Promoção da Cidadania durante o exercício de 2020, já que, além do fato de que a maioria dos projetos apoiados pela CGPC são executados junto às comunidades indígenas, praticamente todos envolvem um grande número de participantes. Apenas como exemplo, citamos nossos apoios a assembleias e fóruns de discussão propostos por mulheres, jovens estudantes, professores, sábios, dentre outros, eventos que envolvem deslocamentos e proximidade entre um grande número de indivíduos. Tal fato nos faz refletir sobre a necessidade de inovação nas metodologias que fomentem a participação dos indígenas nos espaços de fala, mesmo à distância, de modo que eles também tenham acesso às tecnologias que possibilitem a participação em espaços virtuais, como em videoconferências. Nesse sentido, devemos pensar em como superar as limitações, tanto da Funai quanto das comunidades, em adquirir equipamentos e acesso à internet e também pensar em ações como capacitações, que incentivem a participação de todos, mesmo aqueles que têm menos contato com as tecnologias, como os anciãos que podem demonstrar certa resistência. Salientando que todas as reflexões devem sempre respeitar as formas próprias de organização e a vontade de cada comunidade.

Como apresentado ao longo do texto, não apenas para adequar a correlação entre indicador e fórmula de cálculo, mas também para melhoria dos resultados da implementação da Política Pública de Promoção à Cidadania, identificamos a necessidade de realizarmos gestões para a alteração do indicador vinculando-o ao número de projetos apoiados, e sugerimos alguns recortes para melhor visualizarmos nossa atuação. Vale registrar também que sempre esbarramos na questão de que não há como considerar que os projetos da CGPC beneficiam apenas indivíduos que participaram diretamente destes, já que são desenvolvidos em resposta a demandas comunitárias.

Outra providência a ser tomada é estreitarmos os diálogos com a DAGES, com o objetivo de encontrarmos alternativas para formalização de processos licitatórios para a aquisição de materiais e contratação de serviços previstos em projetos e atividades da CGPC, a exemplo do custeio com intercâmbios entre servidores das Coordenações Regionais, tipo de apoio já prestado pela DAGES em ocasiões pontuais em exercícios anteriores.

Ademais, vale ressaltar que mesmo em situação adversa como a atual, a Coordenação Geral de Promoção da Cidadania vislumbra possibilidades de articulações interinstitucionais, a exemplo das propostas de Acordo de Cooperação Técnica em andamento com os Institutos Federais de Educação, com o Conselho Nacional de Justiça e a rede de proteção às crianças e adolescentes, ações no âmbito do ACT Funai/PNUD, que indicam um potencial de avanço em 2021 com a implementação de projetos para o atendimento às comunidades indígenas de carácter contínuo e/ou de médio prazo.